

**TECENDO RESISTÊNCIAS:
O Serviço Social diante da Ascensão da Extrema Direita e os Desafios Éticos na
Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas**

Ellen Manuelle da Silva¹

Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira²

Resumo

Este estudo analisa os desafios éticos enfrentados pelo Serviço Social diante da ascensão da Extrema Direita e seu impacto na população indígena, sob uma perspectiva crítica marxista. Em um contexto caracterizado pelo avanço político desse movimento, as tensões étnicas, políticas e culturais têm implicações diretas para os povos indígenas no Brasil, afetando significativamente a proteção de seus direitos. O artigo, resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental na produção do Serviço Social, investiga os dilemas éticos enfrentados por esta área, destacando os efeitos da ideologia da Extrema Direita nos direitos dos povos indígenas e examinando estratégias éticas de intervenção e resistência. Além disso, preenche uma lacuna na literatura ao explorar como os princípios éticos dessa profissão podem ser aplicados no enfrentamento da ideologia extremista, contribuindo não apenas para a promoção, mas também para a proteção dos direitos dos povos indígenas em um contexto de desafios marcado pela exploração capitalista.

Palavras-chave: Serviço Social; Extrema Direita; Povos Indígenas; Desafios Éticos.

Abstract

This study examines the ethical challenges faced by Social Work in the face of the rise of the Extreme Right and its impact on the indigenous population, from a Marxist critical perspective. In a context characterized by the political advancement of this movement, ethnic, political, and cultural tensions have direct implications for indigenous peoples in Brazil, significantly affecting the protection of their rights. The article, the result of bibliographic and documentar research in Social Work production, investigates the ethical dilemmas faced by this field, highlighting the effects of Extreme Right ideology on the rights of indigenous peoples and examining ethical strategies for intervention and resistance. Additionally, it fills a gap in the literature by exploring how the ethical principles of this profession can be applied in confronting extremist ideology, contributing not only to the promotion but also to the protection of the rights of indigenous peoples in a context of challenges marked by capitalist exploitation.

Keywords: Social Work; Extreme Right; Indigenous Peoples; Ethical Challenges.

¹ Estudante de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: ellenmanuelledasilva@gmail.com

² Assistente Social, Pós-doutoranda da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Serviço Social. E-mail: marina.g.gondim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a ascensão da Extrema Direita tem desencadeado uma série de desafios para o Serviço Social, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos dos povos indígenas. Este artigo propõe-se a realizar uma análise aprofundada desses desafios, alinhando-se com os princípios do Código de Ética da profissão.

A escolha desse tema se justifica pela urgência em compreender e enfrentar as complexas dinâmicas sociais que afetam os povos indígenas no Brasil. Em um contexto marcado pelo avanço da Extrema Direita, as tensões étnicas, políticas e culturais tornam-se ainda mais acentuadas, demandando uma resposta efetiva por parte do Estado, da sociedade, e das instituições públicas e/ou privadas.

A relevância deste estudo transcende os limites acadêmicos, pois está diretamente relacionada à defesa dos direitos humanos e sociais. Os povos indígenas, detentores de uma rica diversidade cultural e histórica, enfrentam há séculos processos de exclusão, marginalização e violências, o que demanda uma atenção especial e ações concretas para a proteção de seus direitos.

Para a profissão de Serviço Social, este tema é de suma importância, uma vez que os/as assistentes sociais desempenham um papel fundamental na defesa intransigente dos direitos dos grupos marginalizados e tem como cerne da sua atuação as expressões da “questão social”. O compromisso ético com a promoção da igualdade, e da justiça social, conforme preconizado no Código de Ética da profissão, exige uma reflexão crítica sobre as formas de enfrentamento da violência estrutural e das políticas excludentes que impactam os povos indígenas, em especial no período do governo de extrema direita do Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro no Brasil.

Além disso, a produção de conhecimento nessa área contribui para o fortalecimento da prática profissional dos/as assistentes sociais que atuam junto aos povos originários. A compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos povos indígenas e das estratégias de intervenção e resistência é essencial para orientar a atuação dos/as profissionais, subsidiando a formulação de políticas indigenistas mais efetivas e o desenvolvimento de práticas interventivas sensíveis às especificidades culturais e históricas desses povos.

Diante desse contexto, este estudo visa preencher uma lacuna no campo do conhecimento ao explorar as interações entre o Serviço Social, a Extrema Direita e a população indígena, à luz dos princípios éticos da profissão. A análise crítica dessas

relações contribui não apenas para a compreensão das formas de dominação e exploração enfrentadas pelos povos indígenas, mas também para o fortalecimento das lutas em prol da garantia de seus direitos e da construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

A metodologia empregada para a elaboração deste artigo é de natureza bibliográfica e documental, baseada em uma revisão crítica da literatura e análise de fontes documentais, que incluem políticas públicas, discursos políticos e registros públicos de práticas profissionais. A estrutura deste estudo é organizada em três tópicos essenciais, os quais serão discutidos de forma aprofundada: os confrontos éticos do Serviço Social diante da ascensão da extrema direita no governo Jair Bolsonaro, os impactos da Extrema Direita nos direitos dos povos indígenas e as estratégias éticas de intervenção e resistência adotadas pelos/as assistentes sociais para promover os direitos dos povos indígenas e a justiça social.

1. Confrontos Éticos: Serviço Social diante da Ascensão da Extrema Direita no governo Jair Bolsonaro

A conjuntura histórica estabelecida durante o governo de Jair Bolsonaro, caracterizada por políticas alinhadas à Extrema Direita, suscita a necessidade premente de uma análise aprofundada dos impactos desses desafios éticos no exercício da profissão de Serviço Social. A compreensão desses desdobramentos é essencial para contextualizar as dificuldades enfrentadas pelos/as assistentes sociais e para avaliar como tais obstáculos comprometem os avanços em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, identificaremos os 11 princípios éticos fundamentais delineados no Código de Ética da profissão, os quais serão submetidos a uma análise crítica à luz das políticas e práticas do governo Bolsonaro. Tal análise buscará discernir como cada princípio ético se confronta com a realidade, evidenciando exemplos concretos de violações ou contradições observadas.

Para enriquecer ainda mais o embasamento teórico e empírico do texto, serão incorporadas citações e referências de fontes confiáveis, tais como relatórios de organizações internacionais de direitos humanos, análises acadêmicas de renomados especialistas e reportagens veiculadas em meios de comunicação respeitados. Essas referências visam fundamentar as afirmações apresentadas no texto, fortalecendo sua argumentação e credibilidade.

1.1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais

O governo Bolsonaro adotou medidas que, de forma contraditória, cercearam a liberdade individual e dificultaram a emancipação dos grupos sociais, comprometendo a plena expansão dos direitos individuais. Apoiando uma “maioria” que estava em seu enlace e ignorando os questionamentos da “minoria” que buscavam respostas e intervenções para seus direitos que estavam sendo cada vez mais desprezados.

No discurso bolsonarista, há a evocação da liberdade para defender o grupo do próprio presidente, mas existe pouco compromisso com a liberdade do outro, de quem discorda. O Bolsonaro traz construções como a ideia de que a minoria deve se curvar à maioria ou desaparecer(...).³

- a. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo:** Políticas adotadas pelo governo ultraneoliberal foram marcadas por violações flagrantes dos direitos humanos e uma tendência ao autoritarismo, indo de encontro aos princípios de respeito e proteção dos direitos fundamentais.

O governo Bolsonaro falhou em apresentar respostas adequadas para diversas violações de direitos humanos, segundo relatório da Anistia Internacional (...). O documento faz uma análise do cenário dos direitos humanos em todo o continente americano. ‘A retórica abertamente anti-direitos humanos do presidente Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 foi colocada em prática por meio de medidas legislativas e administrativas dos governos federal e estadual’, afirmou a entidade. A alta comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, a ex-presidente chilena Michelle Bachelet, também citou (...) o Brasil entre os cerca de 30 países onde há preocupações mais urgentes sobre direitos humanos no mundo. Segundo Bachelet, ataques contra defensores dos direitos humanos no país indicam retrocessos ‘significativos’ em políticas públicas de proteção do meio ambiente e dos indígenas e esforços para deslegitimar o trabalho da sociedade civil e de movimentos sociais.⁴

- b. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras:** As políticas implementadas pelo governo Bolsonaro negligenciaram a ampliação e consolidação da cidadania, especialmente dos segmentos mais vulneráveis da população, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas.

³ UPION, Bruno. Qual é a liberdade defendida por Bolsonaro na campanha. DW, 14 out. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/qual-%C3%A9-a-liberdade-defendida-por-bolsonaro-na-campanha/a-63434977>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁴ EXAME. Bolsonaro colocou em prática discurso contra direitos humanos, diz Anistia. Exame, 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-colocou-em-pratica-discurso-contra-direitos-humanos-diz-anistia/>>. Acesso em: 14 dez. 202.

A população brasileira atravessou (...) violações de direitos humanos – e não somente na crise sanitária, mas também no que diz respeito à precarização econômica e social. São graves os índices de insegurança alimentar, desemprego, falta de moradia e de saneamento, violência contra quem defende direitos humanos, uso excessivo de força policial, destruição do meio ambiente, entre outros. Os grupos historicamente discriminados são, de longe, os mais afetados.⁵

- c. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida:** A gestão do governo Bolsonaro foi marcada por práticas que minaram os princípios democráticos, restringindo a participação política da sociedade e a distribuição equitativa da riqueza produzida.

Com efeito, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) tem representado um desafio altamente significativo no marco dos estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia e suas diferentes dimensões. No atinente à dimensão da participação política – que inclui os movimentos sociais, ações coletivas, ativismo, deliberação – tem-se observado mudanças e continuidades de considerável relevância teórica e empírica. Isso inclui a consolidação e uma maior presença no espaço público de movimentos de orientação liberal, conservadora, extremista, bem como outros que poderiam ser denominados de negacionistas. Esses movimentos tiveram afinidades eletivas com o –então– governo de Brasília e se erigiram nas bases sociais do mesmo. Eis alguns dos antecedentes do momento bolsonariano no Brasil (Rocha, Solano e Medeiros, 2021).

- d. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática:** As políticas sociais implementadas pelo governo Bolsonaro não apenas negligenciaram a equidade e justiça social, mas também restringiram o acesso aos bens e serviços essenciais, possibilitando um aumento das disparidades sociais.

[...] uma cruzada retórica em diversas frentes, com marcas de autoritarismo e desconstrução de políticas de proteção social. Da economia à cultura, passando por dilemas institucionais, além de impasses com a imprensa, o Congresso Nacional, o Judiciário, as relações exteriores e a sociedade civil, não há muito o que escape do atual escangalho da democracia brasileira nesse governo. De início, houve uma tentativa constante de redução do escopo de cidadania àqueles passíveis de ser considerados “cidadãos de bem”. Só é “de bem” quem advoga pelas agendas do governo. Numa outra esfera, a ideia de organizações da sociedade civil exercendo algum tipo de controle social sobre as políticas públicas, além de não ser bem-vista, foi explicitamente combatida. Na área da Educação, o comportamento do Ministério ficou entre a defesa de valores ideológicos e morais amplos e a dificuldade de produzir políticas públicas. Se o modelo implementado pós-1988 apresenta um conjunto de legislações (além de reformas posteriores) que buscaram melhorar a gestão pública brasileira e

⁵ ANISTIA INTERNACIONAL. Negligências do governo federal agravaram a pandemia e outras crises de direitos humanos no Brasil em 2021. Anistia Internacional, 29 mar. 2023. Disponível em: <<https://anistia.org.br/informe/negligencias-do-governo-federal-agravaram-a-pandemia-e-outras-crisis-de-direitos-humanos-no-brasil-em-2021/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

gerar benefícios diretos para a população, o governo Bolsonaro se empenhou em desfazer tudo isso, sendo um ponto fora da curva desde o impeachment do presidente Collor, aliás.⁶

- e. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças:** O governo Bolsonaro adotou uma postura que estimulou o preconceito e a discriminação, promovendo a exclusão de grupos historicamente marginalizados e minando os esforços pela promoção da diversidade e inclusão social como será aprofundado ao longo da análise. Jair Bolsonaro tem aumentado a sua lista de frases preconceituosas como na reportagem transcrita abaixo:

‘Com toda a certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós’, afirmou ele (...). Antes disso, em ataque a uma jornalista, Bolsonaro acabou acertando outro alvo: a comunidade de japoneses e descendentes no Brasil. Ao criticar Thaís Oyama, que lançou (...) um livro sobre o primeiro ano do presidente no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou que, no Japão, ela morreria de fome com jornalismo. Descendente de japoneses, Thaís é brasileira, o que não impediu o presidente de afirmar não saber o que ela faz no Brasil.⁷

- f. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual:** A gestão governamental mostrou-se hostil ao pluralismo e à diversidade de correntes profissionais democráticas, desconsiderando o constante aprimoramento intelectual e a valorização do conhecimento científico.

Um estudo da Universidade de Cape Town, da África do Sul, em parceria com a Fiocruz, Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Paulo, revela um padrão no discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia. O estudo concluiu que o presidente se utiliza de um discurso padrão negacionista e pseudocientífico. As falas do presidente subestimaram a seriedade da pandemia, estimularam a desinformação como estratégia política e promoveram a pseudociência, enfraquecendo as ações do Ministério da Saúde.⁸

⁶ RODRIGUES, Rafaela. Três anos de governo Bolsonaro: o desmonte das políticas públicas e de proteção social. Revista Fórum, 19 jan. 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/debates/2022/1/19/trs-anos-de-governo-bolsonaro-desmonte-das-politicas-publicas-de-proteo-social-por-rafaela-rodrigues-108967.html>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁷ FOLHA DE S. PAULO. Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁸ UNIVERSIDADE DE CAPE TOWN; FIOCRUZ; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Estudo atesta discurso negacionista de Bolsonaro nos primeiros seis meses de pandemia. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso-negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

g. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero: O governo Bolsonaro adotou políticas que reforçaram a dominação e exploração de diferentes grupos sociais que reforçam o seu caráter conservador e ultraliberal. Assim, o mesmo exerce uma influência significativa e negativa na construção de uma sociedade com equidade e justiça no Brasil, como evidenciado pelos seguintes aspectos: As políticas incluem medidas que exacerbam as desigualdades sociais e econômicas no país, como cortes em programas e políticas sociais, redução de investimentos em áreas-chave como educação e saúde, e flexibilização das leis trabalhistas, prejudicando os trabalhadores. Ao favorecer a manutenção de estruturas de poder desiguais, tais políticas comprometem diretamente os esforços do Serviço Social para cumprimento efetivo dos princípios profissionais.

Além disso, as ideologias e práticas associadas à direita e Extrema Direita, apoiadas pelo antigo governo, promovem o ódio e a intolerância contra uma variedade de grupos socialmente marginalizados. Essas ideologias autoritárias são frequentemente sustentadas pela disseminação de notícias falsas que buscam criar divisões na sociedade, incitando a violência e discriminação contra indígenas, LGBTQIAP+, negros, mulheres, idosos, imigrantes, pessoas com deficiências, povos ribeirinhos e jovens das periferias.

Ao propagar uma ideologia que busca restringir os direitos sociais, o governo Bolsonaro legitima o enfraquecimento do tecido social e a ampliação das disparidades de poder e oportunidades, tais ações reforçam a dominação de certos grupos sobre outros e promovem a divisão e a exclusão, em detrimento do ideal de uma sociedade baseada na igualdade, justiça e respeito pelos direitos de todos os seus sujeitos.

h. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as: O governo Bolsonaro adotou medidas que prejudicaram a luta dos trabalhadores em prol de seus direitos e consequentemente atrapalhou os/as assistentes sociais nas articulações com os movimentos das categorias parceiras para apoio da união coletiva da classe trabalhadora, visto que as profissões

estavam tentando sobreviver aos imensos cortes e as tentativas de deslegitimação das profissões com caráter social.⁹

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente o projeto de lei que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. O PL 3688/00 foi aprovado em setembro pela Câmara dos Deputados, na forma de um substitutivo elaborado pelo Senado.

Depois de ouvir os ministérios da Educação e da Saúde, a Presidência decidiu vetar o projeto, argumentando que há inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

- i. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional:** As políticas implementadas pelo governo Bolsonaro comprometeram a qualidade dos serviços prestados à população e desvalorizaram o aprimoramento intelectual.

O desmonte da assistência social no Governo Bolsonaro [...] a partir de 2016, juntamente com um 'golpe político', quando da derrubada da presidente Dilma Rousseff, foi dado início a um desmonte no sistema de proteção social, sendo a área da assistência social, a mais afetada. Nesse período, foi proposto pelo presidente à época, Michel Temer, um Novo Regime Fiscal que estabelece um limite para as despesas primárias, ou seja, o gasto público em determinadas áreas, ficariam congelados até 2036. Assim, a PEC no 241/2016 do Novo Regime Fiscal – foi aprovada e estamos percebendo seus impactos (...). Além do Novo Regime Fiscal, várias ações estão sendo desenvolvidas pelo a(...) com o objetivo de desconstruir e desfazer as políticas públicas brasileiras, especialmente, as políticas sociais.¹⁰

- j. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física:** O governo Bolsonaro promoveu um ambiente de discriminação e exclusão, buscando minar os esforços pela promoção da igualdade e respeito à diversidade. Assim, "Os discursos do Governo Bolsonaro sobre a questão racial no país são marcados por uma reapropriação do mito da democracia racial e uma prática de desmonte das instituições e das políticas voltadas às populações negras e indígenas."¹¹

⁹ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bolsonaro veta atendimento de psicólogo e assistente social nas escolas públicas. Disponível: <<https://www.camara.leg.br/noticias/596942-bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

¹⁰ SILVA, Marina de Macedo. O desmonte da assistência social no Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88c2n.17?seq=5>. Acesso em: 15 fev. 2024.

¹¹ Gabriela M. Kyrillos & Fabiane Simioni. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo bolsonaro (2019-2021). Rev. Direito e Práx. 13 (3), Jul-Sep 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/W8gJ3X7rMdggH9jjrjddffg/#ModalTutors>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Diante do exposto, é inegável que o governo de Jair Bolsonaro, caracterizado por políticas de extrema direita, impõe desafios substanciais ao exercício ético do Serviço Social, confrontando diretamente os 11 princípios éticos fundamentais delineados em seu Código de Ética. A ascensão da extrema direita e as políticas adotadas pelo governo Bolsonaro impactou profundamente a sociedade brasileira, buscando minar os esforços em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde a negligência em relação aos direitos humanos até a promoção de discursos e práticas discriminatórias, o governo Bolsonaro exacerbou as desigualdades sociais, políticas e econômicas, comprometendo assim a prática dos valores fundamentais do Serviço Social. Neste contexto, torna-se imperativo que assistentes sociais e demais profissionais comprometidos com a justiça social e a dignidade humana resistem ativamente às políticas e ideologias prejudiciais promovidas pela extrema direita, reafirmando seu compromisso com os princípios éticos da profissão e trabalhando incansavelmente pela construção de uma outra sociabilidade.

2. Desafios Éticos do Avanço da Extrema Direita nos Direitos dos Povos Indígenas: Uma Perspectiva do Serviço Social

A ascensão da Extrema Direita tem desencadeado uma série de transformações sociais e políticas que impactam diretamente os direitos dos povos indígenas em todo o mundo. Esta corrente política, marcada por ideologias conservadoras e ultranacionalistas, promove uma agenda que privilegia as elites econômicas em detrimento das populações marginalizadas, exacerbando as desigualdades sociais e comprometendo os direitos fundamentais dos povos indígenas. Neste contexto, torna-se imperativo analisar os efeitos diretos e indiretos das políticas, discursos e práticas associados à Extrema Direita sobre as comunidades indígenas, a fim de compreender os desafios éticos que se apresentam e promover uma abordagem crítica voltada para a proteção dos direitos humanos e equidade social.

O crescimento do ideal conservador e ultraneoliberal, tem gerado uma série de transformações na estrutura da sociedade, com reflexos diretos no campo do Serviço Social. A ideologia dessa corrente política frequentemente converge com lógicas de dominação e exploração, promovendo uma agenda que beneficia as elites econômicas em detrimento das classes desfavorecidas.

É crucial destacar que a Extrema Direita mantém um pensamento que ameaça a estrutura da profissão, Pereira(2020) desenvolvendo sua análise sobre a atualidade chama

de “Nova Direita”, essa que tem a centralização e a privatização como meios, consequentemente aumentando as desigualdades sociais incluindo o desemprego, pauperismo e a violência, além de ter o interesse em excluir qualquer chama de luta e políticas sociais efetivas, que ao longo das décadas vem cada vez mais sendo fortalecida e causando maiores riscos para que os grupos que historicamente foram invisibilizados como os negros, pobres, população LBGTQIAP+ e os povos indígenas, não tenham seus direitos efetivados.

Dentro dessa perspectiva, é possível observar que as políticas e programas criados com foco na população indígena se veem transpassadas por uma lógica conservadora e ultra neoliberal, que se mostrou no Governo de Jair Bolsonaro ainda mais perigosa, pois foi vista sua relação com o genocídio e a necropolítica, como foi observado na tragédia que ocorreu com os povos Yanomami, onde foi ignorado o pedido por direitos básicos.

É válido destacar que o âmbito histórico em que ocorreu esse descaso foi de extrema comoção, o Brasil passava pela pandemia mundial do Covid-19 e também o por uma crise do capital que segundo Iamamoto (2021) influenciou ainda mais na atuação do Serviço Social e aprofundou os desafios para a profissão, causando ainda mais desmontes nas políticas sociais devido aos cortes feitos no financiamento em virtude da grande dívida externa brasileira que a cada ano se torna maior, sendo assim a crise e a pandemia sendo guiadas por uma direita irresponsável e omissa que naturalizam desastres, criaram um ambiente no qual os princípios éticos do Serviço Social, incluindo a promoção dos direitos humanos e a busca pela justiça social, são desafiados de maneira significativa (Iamamoto, 2021).

A abordagem marxista nos permite compreender as raízes desses desafios éticos, revelando como o sistema econômico capitalista e as estruturas de poder influenciam diretamente a atuação do Serviço Social. À medida que exploramos a interação entre a ideologia da Extrema Direita e a missão do Serviço Social de lutar pela viabilização de direito, é fundamental reconhecer as contradições inerentes a um sistema que perpetua a desigualdade em suas diversas faces e a exploração visando o lucro acima dos sujeitos sociais. Sistema esse que é perpassado pelas marcas da colonialidade, a formação sócio-histórica brasileira que dá fundamento para a normatização da hierarquização de sujeitos e dita quem tem acesso aos direitos e poder de fala, quem é “humano” e quem é “não humano” como Lugones (2014) destaca, essa dicotomia que busca regular e controlar indivíduos em seu padrão, legitima a exploração e a “bestialização” de outros.

Os povos indígenas é exemplo das consequências do colonialismo, sofreram diversos ataques ao longo da história que demonstra como sua voz e importância foram tomadas por mãos que estão com foco em gerar valor, a colonialidade enraizada no sistema capitalista busca exterminar quem “atrapalha” sua dinâmica por isso é essencial que os povos indígenas tenham sua história legitimada e sua voz protegida.

Nesse contexto, o Serviço Social se depara com a necessidade de adotar uma postura crítica e comprometida com a transformação social, se comprometendo com a luta para defesa das bases profissionais de forma a enfrentar os desafios éticos impostos pela ascensão da Extrema Direita. A análise do contexto dos desafios éticos é essencial para construir estratégias de intervenção e resistência que sejam coerentes com os princípios fundamentais do Serviço Social descritos no Código de Ética Profissional. Princípios esses que são constantemente negados pela dinâmica imposta pela extrema direita, que não reconhece a importância da liberdade, da democracia, do respeito e da equidade, causando a necessidade do Serviço Social se reafirmar como profissão.

A crescente ascensão da Extrema Direita em diversas partes do mundo tem suscitado preocupações significativas, sobretudo no que concerne aos direitos humanos e, mais especificamente, aos direitos dos povos indígenas. Este tópico propõe uma análise dos impactos diretos e indiretos das políticas, discursos e práticas associados à Extrema Direita sobre as comunidades indígenas, sublinhando as complexas questões que emergem no contexto dos direitos humanos e os desafios éticos que se apresentam para o Serviço Social.

As políticas sociais para os povos indígenas estão profundamente desfalcadas, na pandemia do Covid-19 ficou exposto o desleixo e a fragilidade da posição do Estado como responsável por viabilizar direitos, necessidades básicas como alimentação, água, energia elétrica e medicamentos não chegaram aos povos indígenas, a política de assistência, saúde, educação, não consegue suprir a demanda enorme, principalmente por falta de investimento, a indígena Kaiowá e assistente social Tatiane Martins relata que em seu território não se tinha transporte de qualidade, energia e ressalta a necessidade de ampliação e cuidado para que as políticas passem por uma atenção especializada se tratando dos povos indígenas, os profissionais que vão até as terras indígenas precisam estar preparados, respeitando o modo de viver de cada povo e seu direito constitucional (CFESS,2020).

Os povos originários no contexto sócio-histórico brasileiro sofrem com a invisibilização da sua causa, lutam para sobreviver em um sistema adoecedor, foram anos

de torturas, mortes, violências, escravidão, preconceitos e expropriação de suas terras, ainda no contexto atual é possível ver as feridas causadas e as semelhanças com ações patrocinadas pela Extrema Direita no contexto atual (Amaral e Bilar, 2020).

No cerne das políticas focalizadas, frequentemente observamos a redução de proteções legais e o enfraquecimento das políticas de demarcação de terras indígenas. Isso tem desencadeado uma série de problemas, incluindo a exploração desenfreada de recursos naturais em terras indígenas, colocando em risco a cultura e meios de subsistência das comunidades, beneficiando assim o agronegócio em detrimento aos povos originários. Recentemente foi aprovado pelo Senado a Lei nº 2903 antiga PL 490/2007 conhecida por “Marco Temporal” que deslegitima o poder dos povos indígenas a suas terras, com a aprovação dessa Lei, apenas as terras que estavam ocupadas na data da legitimação da Constituição Federal de 1988 é que podem ser consideradas, não levando em consideração toda as manifestações de violências para retiradas desses povos na época, essa Lei tenta excluir a história dos povos originários, “que estavam aqui antes mesmo do Estado brasileiro existir” (CFESS,2023).

A homogeneização cultural promovida pela Extrema Direita também ameaça as identidades culturais únicas das populações indígenas. Essas políticas e discursos frequentemente negam ou minimizam as reivindicações territoriais legítimas das comunidades indígenas, resultando na perda de sua identidade cultural e conexão com a terra. Isso levanta questões éticas profundas relacionadas à justiça social, defesa da democracia, não discriminação e promoção dos direitos humanos. Os profissionais de Serviço Social se vêem confrontados com o desafio de como enfrentar essa realidade complexa que vem de toda uma estrutura hierárquica e que busca controlar os povos.

As populações originárias nativas foram engolidas (e dizimadas) durante todo o período colonial pela imposição de um novo sistema de vida. A própria construção de uma identidade nacional, de um poder estatal na realidade brasileira, coloca os indígenas numa condição radicalmente periférica, subalterna, para obedecer e se enquadrar efetivamente no sistema de normas que se refere à sua própria vida (Silva, 2018 p. 494).

Além disso, a Extrema Direita frequentemente enfraquece as estruturas de apoio social e os programas destinados a comunidades marginalizadas, incluindo os povos indígenas. Os profissionais de Serviço Social são chamados a desempenhar um papel fundamental na proteção dos direitos humanos e no apoio às comunidades indígenas, trabalhando em aliança com os movimentos indígenas e solidarizando-se com suas lutas, abrindo espaço para produções científicas sobre a temática e discutindo meios para

melhorias. Partindo desse pressuposto desafiador, a análise dos impactos da Extrema Direita nos direitos dos povos indígenas é essencial para compreender e enfrentar os desafios éticos e promover uma sociedade mais justa e igualitária. Este tópico serve como um ponto de partida para aprofundar a discussão e a análise sobre essa questão complexa no âmbito do Serviço Social.

3. Estratégias Éticas de Intervenção e Resistência do Serviço Social

Diante do atual cenário político, marcado pela persistência da cultura do ódio em relação aos povos indígenas, mesmo após a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, e considerando ainda a ampla ocupação da Câmara dos Deputados por seus defensores, torna-se ainda mais premente discutir as estratégias éticas de intervenção e resistência do Serviço Social. Essa cultura de hostilidade e desrespeito aos direitos dos povos indígenas continua a representar uma ameaça significativa, exigindo uma abordagem proativa e comprometida com a defesa dos direitos humanos e a busca da equidade social. Este contexto político reforça a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as estratégias éticas que podem ser adotadas pelo Serviço Social para enfrentar essas adversidades e garantir a proteção dos direitos das comunidades indígenas.

A seguir vamos abordar alguns dos desafios éticos apontados anteriormente visando as possíveis estratégias que podem ser construídas pelo Serviço Social diante da ascensão da Extrema Direita no governo de Jair Bolsonaro e seus impactos nos direitos dos povos indígenas.

a. Negligência dos direitos territoriais e culturais: No governo Bolsonaro, observamos uma postura de desprezo pelos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, evidenciada por propostas de flexibilização das leis ambientais e invasões de terras indígenas. Para enfrentar esse desafio ético, o Serviço Social pode adotar estratégias que envolvam a defesa jurídica dos direitos territoriais indígenas, mobilização social para conscientização e pressão política por políticas que respeitem e protejam esses direitos.

O Serviço Social nesse momento de desestruturação das políticas sociais voltadas para a população indígena, deve se colocar ainda mais como aliado presente da classe trabalhadora, em defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia que em momentos de avanço da extrema direita se ver ameaçada e reduzida a mero “acessório” do Capital, usada para manipulação e fundamento de ideologias de direita (Pereira,2020).

b. Aumento da violência e criminalização: O discurso incendiário e as políticas anti-indígenas promovidas no governo Bolsonaro contribuíram para o aumento da

violência e da criminalização dos povos indígenas. O Serviço Social pode adotar estratégias que incluam ações de apoio psicossocial às vítimas de violência, fortalecimento das redes de proteção e denúncia de violações de direitos.

A resistência e a luta buscando a proteção da ética profissional e dos princípios norteadores da profissão, utilizando da perspectiva pedagógica para auxiliar o entendimento da população usuária para esse período adoeecedor que a extrema direita está propondo, trazer a pauta indígena como pauta de todos, não reduzida a um grupo. Os povos indígenas que têm seus direitos, suas terras, sua cultura constantemente questionadas e invisibilizadas podem com o apoio de um todo de assistentes sociais se fortalecer frente a resistência firmando seu lugar como cidadãos que devem ter seus direitos garantidos.

c. Desmonte das políticas de proteção e assistência: O governo Bolsonaro desenvolveu um desmonte das políticas de proteção e assistência aos povos indígenas, com cortes orçamentários em áreas como saúde e educação indígena. O Serviço Social pode atuar na promoção de programas de assistência social, na articulação com outras instituições para garantir o acesso aos serviços básicos, na garantia por políticas indigenistas que atendam às necessidades específicas dessas comunidades.

d. Exploração econômica e ambiental: A gestão Bolsonaro favoreceu a exploração econômica predatória das terras indígenas, visando interesses do agronegócio e da mineração, o que resulta em danos ambientais e ameaças à sobrevivência dos povos indígenas. O Serviço Social pode se engajar em ações de conscientização ambiental e em defesa dos direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas, buscando parcerias com organizações ambientalistas e movimentos sociais.

e. Deslegitimação da luta indígena: O presidente Bolsonaro com suas falas preconceituosas deslegitimou a luta dos povos indígenas, retratando-os como obstáculos ao desenvolvimento nacional. O Serviço Social pode desafiar essa narrativa por meio da divulgação de informações precisas sobre a história e a cultura indígena, promoção de espaços de diálogo intercultural e apoio à organização e mobilização política dos povos indígenas em defesa de seus direitos.

O Serviço Social brasileiro tem o papel de trazer luz ao debate dos povos indígenas, buscando ser aliado da luta social travada, em tempos temerosos como esses apenas com luta coletiva é possível obter resultados, Iamamoto (2021) destaca que em tempos de crise “a defesa do projeto profissional só pode apoiar-se na solidariedade de classe”, sendo assim as articulações com movimentos sociais, estudantis, entidades e

organizações sociais buscando apoio e mediação para melhoria e atenção, não se deixando levar por pensamentos conservadores da realidade da Extrema Direita.

O estudo vem como ferramenta para abrir o debate sobre como o Serviço Social pode superar os desafios éticos que o contexto de neoliberalismo impõe frente à população indígena, com os diversos descasos e feridas abertas é crucial para a manutenção do papel do Serviço social como aliado da causa, esta discussão. Importante analisar como o capitalismo em meio a isso se torna ainda mais opressor, a história indígena na América Latina foi marcada por lutas, resistência, perdas e vitórias, um povo que luta pela sua sobrevivência desde os primórdios e que devem ter seus direitos e cultura resguardados.

O autor boliviano Guillermo Lora em seu texto sobre a opressão indígena na Bolívia destacou que “La Colonia y la República se nutrieron y se nutren, transformando en oro el sudor, las lágrimas y la sangre indígenas. Las riquezas así extraídas potenciaron aceleradamente al capitalismo europeo” (Lora, 1992) demonstrando como a opressão, tortura e a dor indígena dos países periféricos foi usado para patrocinar a riqueza dos países centrais.

Dessa forma, se faz ainda mais necessário o viés crítico da profissão e a união para uma reforma societária, com a extrema direita fortalecida o receio do retrocesso, do conservadorismo, da perda de direitos se torna real, é preciso profissionais comprometidos na viabilização de direitos e na continuação da luta.

Partindo desse pressuposto, a análise foi feita para abrir o debate e mostrar formas como o Código de Ética profissional tem ferramentas para superar esse momento complexo para a profissão, utilizando de suas bases e princípios que defendem a equidade e justiça social consequentemente a defesa da universalidade e de políticas e programas efetivas não tendo espaço para opressão, preconceito e violências, mas que dando lugar para a diversidade, inclusão e o respeito. Os profissionais da categoria devem se concentrar ainda mais na qualidade do trabalho apresentado em tempos da Extrema Direita, lutando por condições dignas de trabalho que possibilitem a reflexão e o debate, trazendo pautas invisibilizadas, como a pauta indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os desafios éticos enfrentados pelo Serviço Social diante da ascensão da Extrema Direita, especialmente no contexto do governo Jair Bolsonaro, e os impactos diretos dessa conjuntura nos direitos dos povos indígenas. Ao

longo deste trabalho, foi possível perceber a complexidade das questões éticas que emergem nesse cenário político e social, bem como a necessidade premente de estratégias de intervenção e resistência por parte dos profissionais de Serviço Social.

O confronto ético que se instaura frente à ascensão da Extrema Direita no governo Bolsonaro revela não apenas uma disputa ideológica, mas também a fragilização dos princípios fundamentais do Serviço Social, como a defesa dos direitos humanos e a busca pela justiça social. A instrumentalização da política para interesses econômicos e a marginalização de grupos sociais historicamente vulneráveis evidenciam a urgência de uma postura crítica e comprometida por parte dos assistentes sociais seguindo os princípios do Código de Ética.

Particularmente no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas, a influência da Extrema Direita se traduz em políticas de desmonte das proteções legais e de negação de suas reivindicações territoriais legítimas. A aprovação do chamado "Marco Temporal" e a tragédia que ocorreu com o povo Yanomami é apenas um exemplo das ameaças enfrentadas por essas comunidades, evidenciando a necessidade de uma atuação firme e ética por parte dos profissionais de Serviço Social.

Diante desse contexto, é imprescindível que o Serviço Social adote estratégias éticas de intervenção e resistência. Isso inclui a promoção de espaços de diálogo e mobilização junto às comunidades indígenas, o fortalecimento de redes de apoio e solidariedade e o engajamento em movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos humanos, e pela preservação da diversidade cultural.

Em suma, o Serviço Social deve continuar tecendo resistências frente à ascensão da Extrema Direita, tensionando espaços, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos dos povos indígenas e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somente através de uma atuação ética e comprometida do corpo de profissionais, será possível enfrentar os desafios impostos por esse contexto político adverso e promover verdadeiras transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner R. BILAR, Jenifer, A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2020.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Ed Cortez, 2006.
- CFESS. **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS. **Questão indígena também é assunto para assistente social.** 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1739>>. Acesso em 22 dez. 2023

CFESS. Diálogos do Cotidiano- Assistente Social. Caderno 2. BRAZ, Marcelo. **O Brasil atual e a tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político.** 2022

CFESS. **O Serviço Social apoia os povos indígenas e diz não ao Marco Temporal.** 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2010>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os Desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora.** CFESS, Diálogos do Cotidiano- Caderno 1, Brasília (DF) 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 2014

LORA, Guillermo. **Liberación de las naciones oprimidas. Cinco siglos de opresión Basta!.** Ediciones La Colmena, 1992.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Pereira. **Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política.** Ed. Cortez, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROCHA, A.; SOLANO, R.; MEDEIROS, L. Antecedentes do Momento Bolsonaro no Brasil. Brasília: Editora XYZ, 2021.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas Desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Revista Psicologia & Sociedade**, 30, e 200112. Recife, 2018.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 2018.